

12. RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA EMPREENDIMENTO ESTRATÉGICO – IBERIANA TECHNICAL, LDA:

Da **Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana**, submetendo para apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, o pedido de reconhecimento do interesse público municipal para enquadramento de futura operação urbanística no conceito de empreendimento estratégico definido no PDM em vigor, em que é promotor **Iberiana Technical, Lda**, empreendimento esse sito na Rua da Veiga, da União das freguesias de Lomar e Arcos – Braga.

Anexa-se informação prestada pela mesma divisão que passa a fazer parte integrante da minuta.

Concedido. Ao Sr. Presidente faz os
efeitos indicados.



12 JUN. 2017

BRAGA
Município

DIRETOR MUNICIPAL DE URBANISMO
ORDENAMENTO E PLANEAMENTO

António Zamith

Competência Delegada pelo Presidente em 1 de Março de 2016

DMUOP - DPOT - DPRRU - DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Remeter ao Sr. Presidente DMU
conforme informação da DPRRU
propor-se agendamento para deliberação em Reunião de Câmara e
envio à Assembleia Municipal para
reconhecimento de interesse público
municipal. 12/6/2017
Rafael Araújo

Processo n.º PROC/2/DPRRU/2017 - I/51/DPRRU/2017

Promotor: Iberiana Technical, Lda

Local da Obra: Rua da Veiga, União de Freguesias de Lomar e Arcos

Assunto: Pedido de certidão de reconhecimento de interesse público municipal para empreendimento estratégico

Técnico responsável: Filomena Farinhas (Chefe de Divisão da DPRRU)

Identificação da Pretensão e âmbito do pedido de parecer técnico

1. Apresentam-se os elementos adicionais solicitados na anterior informação (I/36/DPRRU/2017) para conclusão da análise ao pedido de certidão de reconhecimento de interesse público municipal para enquadramento de futura operação urbanística no conceito de empreendimento estratégico definido no PDM em vigor.

Análise Técnica

2. Para conclusão da análise foram apresentados:

- Declaração de interesse emitida pela Junta da União das Freguesias de Lomar e Arcos;
- Contrato de Investimento, para 3 milhões de euros;
- Peças escritas e desenhadas representando a solução urbanística proposta.

3. A solução urbanística apresentada permite a manutenção da casa da quinta, não desvirtuando o carácter rural a norte da autoestrada. Mediante escavação, o pavilhão industrial com 8,5 metros de altura e 4.086 m² de implantação passará quase despercebido na paisagem da veiga. Face à aposta na naturalização máxima da envolvente, mantém-se o pressuposto de que a intervenção não carece de avaliação ambiental estratégica. Desde já se aceita a isenção de dotação de 33 lugares de estacionamento ligeiros públicos, enquadrando-se a pretensão da exceção prevista no artigo 107º, n.º 1 alínea b). Do mesmo modo se considera que a pretensão pode ser excluída da alínea a) do n.º 2 do artigo 97º do regulamento do PDM, sendo desnecessária a delimitação de unidade de execução.

4. O reconhecimento de empreendimento estratégico não dispensa que em sede de licenciamento o projeto terá de colher os pareceres da APA/ARHNorte e Infraestruturas de Portugal S.A., e de demonstrar as distâncias às extremas resultantes do aprovado no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, conforme imposto pela Lei da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

5. Decorre do exposto que o pedido reúne agora as condições para ser analisado em reunião de câmara, dado que:

5.1. Apresenta peças escritas e desenhadas da solução urbanística (n.º 1 do artigo 31º); minuta do contrato de investimento entre o promotor e a CMB (n.º 3 do artigo 31º); e a avaliação das incidências territoriais (alínea a) do n.º 1 do artigo 32º), bem como declaração de interesse da Junta da União das Freguesias de Lomar e Arcos.

5.2. Não foram encontradas alternativas para a localização em espaço consonante com o uso em causa dentro da janela de oportunidade do investimento de 3M€, a pretensão não é susceptível de causar cargas funcionais inportáveis para as infraestruturas públicas ou de por em causa a imagem do território, em termos de integração urbana e paisagística; a avaliação ambiental estratégica, a elaboração de plano municipal de ordenamento do território ou a delimitação de unidade de execução são desnecessárias.

[Assinatura]

12.06.17



BRAGA
Município

DMUOP - DPOT - DPRRU - DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Proposta de decisão

6. A pretensão reúne os requisitos para a obtenção de reconhecimento do interesse público de empreendimento estratégico. A deliberação municipal em reunião de câmara deverá pronunciar-se sobre:

- a) A dispensa de avaliação ambiental estratégica e de elaboração de plano municipal de ordenamento do território e/ou de unidade de execução;
- b) O conteúdo do Contrato de Investimento;
- c) A necessidade de abertura de período de discussão pública com mínimo de 20 dias úteis.

A Chefe da DPRRU,

Filomena Farinhas
12/06/2017

URB - GU - Entrega de elementos - Resposta ao ofício s/4094/DMUOPSA/2017 PROC/2/DPRRU/2017

Identificação do Requerente

Nome: IBERIANA TECHNICAL UNIPessoal, LDA

Código Postal: 4700-023

Telefone:

Fax:

E-mail:

Morada: RUA DA QUINTÁ, LOTE 13, FROSSOS

Localidade: BRAGA

Telemóvel: 918317552

NIF: 507672828

BI/CC: 0

Identificação do Representante

Nome:

Código Postal:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Morada:

Localidade:

Telemóvel:

NIF:

BI/CC:

Identificação do local

Morada: Rua da Veiga, União de freguesias de Lomar e Arcos

Código Postal: Localidade:

Freguesia:

Planta de Localização:

Nº de Registo Predial: Art.º Rústico: Art.º(s) Urbano(s):

Descrição do Pedido

RB - GU - Entrega de elementos - Resposta ao ofício s/4094/DMUOPSA/2017 PROC/2/DPRRU/2017

Antecedentes

Número do processo: proc/2/dpru/2017

Número do pedido: 3469/urb/ped/17

O Requerente,

O técnico administrativo

Maria José Cerqueira

([cm-braga.pt] \ Maria Jose Cerqueira (Dra))

Arquivo em 7/6/2017

Registo n.º 5225/URB/PED/17
Data do registo 5/06/2017
Pago pela guia n.º 11906

EX.MO SENHOR PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

APRESENTAÇÃO DE ELEMENTOS

1. REQUERENTE* (preenchimento obrigatório)

Nome IBERIANA TECHNICAL UNIPessoal, LDA.

Domicílio/Morada RUA DA QUINTÁ, LOTE 13 - FROSSOS, 4700-023 BRAGA

Caso pretenda que futuras notificações sejam enviadas para um domicílio diferente do indicado, indique a morada pretendida:

Domicílio/Morada
(notificação)

N.º de identificação civil

N.º de identificação fiscal

507672828

Telefax

253339252

Telefone

253692595

Endereço Eletrónico

itec@tec.pt

Na qualidade de ☒ Proprietário ☐ Usufrutuário ☐ Locatário ☐ Superfidiário ☐ Outro

Código da Certidão Comercial Permanente

1.1. REPRESENTANTE* (preenchimento obrigatório, se aplicável)

Nome

CARLOS ALBERTO CASTRO RODRIGUES

N.º de identificação civil

9711683

N.º de identificação fiscal

199020418

Na qualidade de ☐ Mandatário ☒ Sócio-gerente ☐ Administrador ☐ Outro

Código para consulta da Procuração Online

2. EXPOSIÇÃO DO PEDIDO* (Assinale com um X a quadrícula respetiva e preencha o que lhe interessa)

Em conformidade com o preceituado no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação:

No âmbito do processo n.º 3469/URB/PED/17

Proc 12 / 2017 vem apresentar:

☐ Documentos (cópias, telas finais,...)

☐ Reformulação do projeto;

☒ Aperfeiçoamento do pedido, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;

Em resposta ao ofício n.º: S/4094/DMUOPSA/2017

Indicação do local RUA DA VEIGA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE LOMAR E ARCOS- BRAGA

freguesia de U. F. DE LOMAR E ARCOS, do concelho de Braga.

* Preencher de forma legível

3. ANEXOS



Pede deferimento.

O(s) requerente(s)

Voluntário *Alameda Municipal*
Carla Almeida *A Gerência*

Data

02/06/2017

Data

02/06/2017

Esta minuta é um mero modelo de requerimento

O requerente responsabiliza-se pela informação prestada, quanto à pretensão e conteúdo.

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

☒ A assinatura do(s) requerente(s) foi confirmada pela exibição do documento de identificação civil

N.º documento

09468716

Data de validade

26-06/2021

N.º documento

09711683

Data de validade

13/04/2021

☐ O pedido está instruído com os elementos supra indicados pelo requerente.

☐ Existem deficiências ou omissões na instrução do pedido, tendo sido informado o requerente do provável pedido de aperfeiçoamento. Contudo, por sua insistência, foi aceite.

OBSERVAÇÕES

O técnico de atendimento

Let

Data

5/06/2017

JUNHO 2017

CONTRATO DE INVESTIMENTO

ENTRE,

MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva de Direito Público n.º 506 901 173, com sede na Praça do Município, 4730-749 Braga, neste ato representada pelo Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, designado para efeitos do presente contrato por MB;

IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., pessoa coletiva n.º 504 807 706, com sede na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, Apartado 60, 4711-909 Braga, neste ato representada pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração, Carlos Nuno Alves de Oliveira, designada para efeitos do presente contrato por InvestBraga;

E

Iberiana Technical, Lda., pessoa coletiva n.º 507672828 com sede na Rua da Quintã, Lote 13, União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos, concelho de Braga, neste ato representada pelos sócios gerentes Carlos Alberto Castro Rodrigues e Valentino Manuel de Almeida Pereira, designada para efeitos do presente contrato por ITEC;

CONSIDERANDO QUE

- A) Os Municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento, de acordo com o disposto no artigo 23.º, n.º 2, alínea m), da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- B) Para execução das referidas atribuições são outorgadas aos órgãos municipais competências ao nível do apoio à captação e fixação de empresas, emprego e investimento nos respetivos Concelhos, previstas nos artigos 25.º, n.º 2, alínea k), e 33.º, n.º 1, alíneas o), r) e u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- C) O regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga (PDMB) prevê a classificação de Empreendimentos Estratégicos, todos aqueles processos de licenciamento a que, por deliberação da Assembleia Municipal sob proposta devidamente fundamentada da Câmara Municipal, seja reconhecido interesse público estratégico pelo seu especial impacto na ocupação do território, pela sua importância para o desenvolvimento económico e social do concelho, ou pela sua

especial funcionalidade ou expressão plástica ou monumental, carecendo da realização do presente contrato de investimento, previstas na Secção VI, no Artigo 31º do referido regulamento;

- D) A InvestBraga é uma empresa municipal, cujo capital social é integralmente detido pelo MB, que tem por objeto a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, por delegação da Câmara Municipal de Braga, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros, cabendo o papel de apoio e acompanhamento aos projetos de investimento e a monitorização da efetiva concretização dos contratos de investimento realizados pelo município com os investidores;
- E) A ITEC pretende realizar um investimento, no Concelho de Braga, no valor de €3.000.000 (três milhões de euros), a aplicar na construção de novas instalações, aquisição de equipamentos e projetos de I&D, num edifício com 4.500 metros quadrados de implantação e 5.000 metros quadrados de construção, a implantar num prédio misto denominado Quinta de Laboriz, com a área total de 39.337 metros quadrados, sito no antigo Lugar de Laboriz, hoje Rua da Veiga, 4705-222 União de Freguesias de Lomar e Arcos e também no reforço da sua capacidade tecnológica, com o objetivo não só de acompanhar o crescimento dos seus clientes da área automóvel, mas também de criar uma estrutura que, aproveitando o *know-how* acumulado na área automóvel, seja capaz de intervir noutros setores de atividade, como a indústria alimentar ou do calçado, onde a tecnologia é um fator diferenciador;
- F) O investimento referido na alínea anterior irá contribuir para a valorização da estrutura económica e empresarial do Concelho e irá gerar 10 (dez) novos postos de trabalho;
- G) A ITEC pretende investir na criação de novas áreas de negócio, no reforço da sua atividade de I&D, na criação de produtos próprios e no apoio à criação de startups;
- H) O MB e a InvestBraga reconhecem ser de importância estratégica para o desenvolvimento do Concelho a concretização do projeto acima referido, sendo que declaram este projeto como um projeto de interesse económico para o município;

C
Di

É, de livre e boa-fé, acordado e reduzido a escrito o presente Contrato de Investimento, do qual fazem parte os considerandos supra indicados e que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I DEFINIÇÕES

CLÁUSULA 1.ª DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente Contrato de Investimento os termos e expressões abaixo indicadas têm o significado e conteúdo seguintes:

- a) Alteração das Circunstâncias («hardship») (Cláusula de Salvaguarda) – A alteração anormal das circunstâncias, inclusive de ordem económica, alheia à vontade das Partes e em que estas fundaram a vontade de estabelecer o presente Contrato de Investimento, tornando mais onerosa a execução do contrato, embora não impossível, proporcionando a possibilidade de revisão unilateral ou a resolução do contrato, nos termos previstos no presente contrato;
- b) Anexos – Os documentos identificados na cláusula 11.ª, cujo conteúdo faz parte integrante do presente Contrato;
- c) Contrato – O presente Contrato de Investimento, incluindo todos os seus Anexos;
- d) Força Maior – Facto natural ou situação imprevisível e inevitável cujos efeitos se produzam independentemente da vontade ou das circunstâncias próprias da InvestBraga, do MB e da ITEC e que impeçam a realização dos objetivos do Contrato e/ou cumprimento das obrigações das Partes;
- e) Incentivos – Conjunto de investimentos, apoios e benefícios concedidos pelo MB à ITEC;
- f) Partes – A InvestBraga, o MB e a ITEC;
- g) Projeto / Empreendimento – Construção de novas instalações, reforço da capacidade tecnológica e da atividade de I&D, de acordo com o Plano de Investimento que constitui o Anexo I ao presente Contrato;
- h) Período do Investimento – O período compreendido entre a data da assinatura do presente Contrato e o período subsequente de 5 (cinco) anos;

- i) Vigência do Acordo – Período correspondente ao Período do Investimento.

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

CLÁUSULA 2.ª

OBJETIVOS DO PROJETO

1. Constituem objetivos do Projeto:
 - a) A realização, durante o Período do Investimento, de um investimento que se estima em €3.000.000 (três milhões de euros), de acordo com o Plano de Investimento incluído no Anexo I ao presente Contrato;
 - b) A construção de novas instalações, melhor identificadas na planta incluída no Anexo II ao presente contrato, no valor de €3.000.000 (três milhões de euros);
 - c) O reforço da capacidade tecnológica da empresa;
 - d) O reforço da atividade de I&D da empresa;
 - e) A instalação da unidade produtiva e dos escritórios da ITEC no edifício referido na alínea b) da presente cláusula;
 - g) A criação de 10 (dez) postos de trabalho direto no período de 3 (três) anos.
2. O cumprimento das obrigações e dos objetivos da presente Cláusula estará condicionado à não ocorrência de eventos suscetíveis de serem considerados Força Maior ou Alteração das Circunstâncias («hardship»).
3. A verificação de casos de Força Maior ou de Alteração das Circunstâncias será reconhecida por conciliação das Partes ou por recurso aos tribunais competentes da Comarca de Braga.

CLÁUSULA 3.ª

CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO

O Projeto será concretizado pela ITEC nos termos e condições indicados no presente Contrato.

CLÁUSULA 4.ª


ACOMPANHAMENTO DO PROJETO

1. Sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outras entidades, incumbirá à InvestBraga a responsabilidade de assessorar, acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, devendo a ITEC fornecer-lhe todas as informações, documentos e esclarecimentos necessários e relevantes para o efeito.
2. Em qualquer caso, a ITEC, facultará, com a periodicidade anual, de motu-próprio, com início durante o 1.º trimestre do ano seguinte ao da celebração do presente contrato, ou sempre que a InvestBraga o solicitar, a documentação adequada a demonstrar que estão a ser satisfeitos os objetivos e obrigações constantes do presente Contrato, designadamente, documentos comprovativos de regularização das obrigações fiscais e para com a Segurança Social, mapas de pessoal, balanços e demonstrações de resultados ou quaisquer outros documentos contabilísticos ou de outra natureza, relativamente ao Projeto.
3. A ITEC facultará à InvestBraga, ou a qualquer outra entidade por esta nomeada, acesso aos locais de realização do Projeto.

CAPÍTULO III OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA 5.ª OBRIGAÇÕES DA ITEC

1. Pelo presente Contrato, e sem prejuízo do disposto noutras cláusulas contratuais, a ITEC obriga-se a:
 - a) Realizar, durante o Período do Investimento, um investimento que se estima em €3.000.000 (três milhões de euros), de acordo com o Plano de Investimento incluído no Anexo I ao presente Contrato;
 - b) Alcançar os objetivos previstos na Cláusula 2.ª;
 - c) Construir as instalações, melhor identificadas na planta incluída no Anexo II ao presente contrato, com utilização de processos conformes às disposições ambientais legais em vigor, após obtenção dos licenciamentos e autorizações necessários;
 - d) Reforçar a sua capacidade tecnológica;
 - e) Reforçar a sua atividade de I&D;
 - f) Afetar as instalações referidas na alínea c) da presente cláusula à sede da empresa e ao exercício da sua atividade empresarial;

- 
- g) Desenvolver a sua atividade, pelo período de pelo menos 10 (dez) anos, no Concelho de Braga;
 - h) Cumprir com as suas obrigações fiscais e perante a Segurança Social;
 - i) Fornecer à InvestBraga e ao MB, sempre que solicitado e no prazo de 10 (dez) dias a contar da receção do pedido, os documentos, elementos, informações e esclarecimentos necessários ao acompanhamento, controlo e fiscalização do presente Contrato, designadamente:
 - i) documentos comprovativos do cumprimento das obrigações fiscais;
 - ii) documentos comprovativos do cumprimento das obrigações para com segurança social;
 - iii) mapas de pessoal;
 - iv) balanços e demonstrações de resultados;
 - j) Manter uma situação financeira equilibrada;
 - k) Dispor de contabilidade organizada de acordo com a normalização contabilística e outras disposições legais em vigor para o respetivo setor de atividade, que seja adequada às análises requeridas para apreciação e acompanhamento do Projeto e permita autonomizar os efeitos do mesmo;
 - l) Facultar à InvestBraga e ao MB, ou a qualquer outra entidade por estes nomeada, livre acesso aos locais de realização do Projeto.

2. As obrigações previstas no número 1 da presente cláusula devem ser executadas no prazo máximo de 5 (cinco) anos a contar da data da assinatura do presente Contrato.

CLÁUSULA 6.ª

RECONHECIMENTO DE PROJETO DE INTERESSE ESTRATÉGICO

1. Sob condição de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta devidamente fundamentada da Câmara Municipal, é reconhecido pelo MB e pela InvestBraga o interesse público estratégico do projeto/empreendimento da ITEC, em conformidade com as alíneas a) b) e d), do Artigo 31º, Secção VI, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga (PDMB).

CAPÍTULO IV

ARTICULAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E INCUMPRIMENTO DO CONTRATO

Handwritten signature or initials in the top right corner.

CLÁUSULA 7.ª

PRINCÍPIOS GERAIS

O reconhecimento de projeto/empreendimento de interesse público estratégico previsto na Cláusula 6.ª constitui contrapartida do exato e pontual cumprimento pela ITEC dos objetivos e obrigações fixadas nos termos e condições constantes do presente Contrato e Anexos.

CLÁUSULA 8.ª

INCUMPRIMENTO PELA ITEC

1. Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor, no número 2 da Cláusula 2.ª, no número 3 da cláusula 6.ª, e no número seguinte da presente Cláusula, no caso de não cumprimento pela ITEC de qualquer dos objetivos ou de qualquer das obrigações que lhe estão fixados nos termos e condições deste Contrato e respetivos Anexos, o MB, mediante comunicação enviada à ITEC, poderá resolver o Contrato, independentemente de qualquer interpelação, implicando a perda do reconhecimento de projeto / empreendimento de interesse público estratégico, e tendo direito, designadamente, ao pagamento pela ITEC do montante correspondente a quaisquer benefícios, apoios e incentivos concedidos pelo MB, proporcional ao período de tempo que medeia entre a data da resolução do Contrato até ao termo do Período do Investimento.
2. Sem prejuízo do disposto no número 1, constituem também fundamento de resolução a prestação pela ITEC de informações falsas sobre a sua situação ou viciação de dados fornecidos na apresentação, apreciação e acompanhamento do Projeto.
3. A comunicação da decisão de resolução referida no número 1 produz efeitos imediatos, independentemente de qualquer outra formalidade.

CAPÍTULO V

INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO, APLICAÇÃO DO CONTRATO DE INVESTIMENTO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

CLÁUSULA 9.ª

PRINCÍPIO GERAL

Sempre que entre as Partes Contratantes se suscitem dúvidas quanto à interpretação, aplicação ou integração do presente Contrato ou se suscitar litígio ou situação de Força Maior ou de Alteração das Circunstâncias, aquelas envidarão os melhores esforços para obter o acordo ou resolverem amigavelmente as divergências ou litígios.

CLÁUSULA 10.ª

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios emergentes do presente Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 11.ª

ANEXOS

Fazem parte integrante do Contrato, para todos os efeitos legais e contratuais, os seguintes Anexos:

Anexo I: Plano de Investimento;

Anexo II: Planta do local de implementação do projeto.

CLÁUSULA 12.ª

COMUNICAÇÕES

1. Quaisquer comunicações ou notificações previstas no Contrato, salvo disposição específica em contrário, serão sempre efetuadas por escrito e remetidas:

- a) Em mão, desde que comprovadas por protocolo;
- b) Por telefax, desde que comprovado por “Recibo de transmissão ininterrupta”;
- c) Por correio registado com aviso de receção.

2. Consideram-se, para efeitos do presente Contrato, como domicílios das Partes, as seguintes moradas e postos de receção:

- a) InvestBraga

Att. Sr. Presidente do Conselho de Administração da IB – Agência para a Dinamização Económica, EM

Eng. Carlos Nuno Alves de Oliveira

Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, Apartado 60, 4711-909 Braga

b) MB

Att. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga

Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

Praça do Município, 4730-749 Braga

c) Iberiana Technical, Lda. (ITEC)

Att. Sr. Sócio Gerente

Eng. Carlos Alberto Castro Rodrigues

Rua da Quintã, Lote 13, 4700-023 Frossos-Braga,

3. As Partes poderão alterar os seus domicílios indicados, mediante comunicação prévia dirigida à outra Parte, com a antecedência não inferior a 3 (três) dias, sob pena de considerarem efetuadas as comunicações ou notificações realizadas para os domicílios referidos no número 2.

4. As comunicações ou notificações feitas nos termos dos números anteriores consideram-se efetuadas ainda que sejam rejeitadas, ou venham devolvidas por não terem sido reclamadas na estação dos correios.

CLÁUSULA 13.^a

PRAZOS E SUA CONTAGEM

Os prazos fixados no presente Contrato contam-se em dias seguidos de calendário, salvo se contiverem indicação expressa em dias úteis.

CLÁUSULA 14.^a

PRAZO E EFICÁCIA

1. Sem prejuízo do disposto no número 2 da presente Cláusula, o presente Contrato entra em vigor e produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

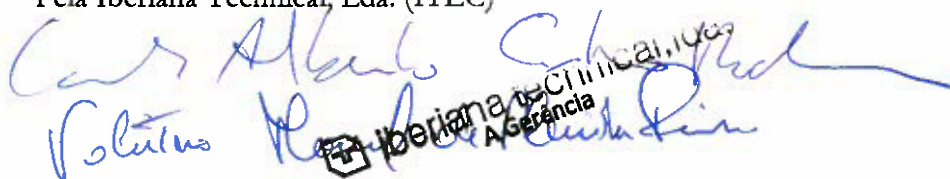
2. O presente Contrato será válido desde a data da sua celebração até ao termo do período de Vigência do Acordo, previsto na alínea i) da Cláusula 1.ª, se entretanto não for revogado ou resolvido.

Feito em Braga, aos 2 dias do mês de Junho de 2017, em 3 exemplares.

Pela InvestBraga

Pelo MUNICÍPIO DE BRAGA

Pela Iberiana Technical, Lda. (ITEC)


Volutas Registo
A Gerência

ANEXO I
PLANO DE INVESTIMENTO

[Handwritten signature]

REQUERENTE: **IBERIANA TECHNICAL UNIPESSOAL, LDA**
ASSUNTO: **PEDIDO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA EMPREENDIMENTO ESTRATÉGICO**
LOCALIZAÇÃO: **RUA DA VEIGA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE LOMAR E ARCOS - BRAGA**

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

A. Descrição e justificação da proposta

Refere-se a presente memória descritiva e justificativa ao **pedido de reconhecimento de interesse público municipal para empreendimento estratégico**, a localizar na Rua da Veiga, freguesia de Lomar (U. F. de Lomar e Arcos), concelho de Braga, requerido por **Iberiana Technical Unipessoal, Lda.**, com sede na Rua da Quintã, Lote 13, freguesia de Frossos, 4700-023 Braga.

Trata-se da resposta ao ofício N.º **S/4094/DMUOPSA/2017**, relativamente ao processo n.º **3469/URB/PED/17**, propondo-se o **aperfeiçoamento do pedido**, bem como a apresentação dos elementos solicitados.

Para o terreno em análise propõe-se a construção de um edifício com a forma retangular, destinado a indústria tipo 3, implantado segundo a orientação paralela à autoestrada pela sua face mais alongada, com a orientação poente-nascente, propondo-se um afastamento ao eixo da autoestrada superior a 50 metros e mais de 20 metros (34,40 metros) ao eixo da estrada nacional EN 319 que lhe dá acesso.

A cota de implantação 151 é proposta de modo a minimizar o volume de desaterro necessário para implantar o edifício, reduzindo o impacto relativamente às moradias vizinhas, uma vez que a cota proposta e a cêrcea máxima se encontram abaixo destas construções, ocupando-se restritamente a área necessária do solo para a operação urbanística, mantendo-se o restante terreno permeável bem como as cotas do terreno natural, colmatando-se as diferenças de cotas através de muros de suporte que se pretendem serem baixos e através de taludes integrados na paisagem, propondo-se também a implantação de árvores junto às confrontações imediatas.

Propõe-se uma altura máxima de 8,50 metros onde podem ser inseridos até três pisos em parte do edifício na confrontação junto à estrada nacional (dois pisos acima da cota de soleira, um destinado a indústria mais um destinado a escritórios e um piso abaixo, enterrado, destinado a garagens privadas) sem modificar a volumetria proposta para o edifício.

A conjugação da volumetria do edifício com os seus afastamentos relativamente às vias (autoestrada e estrada nacional 319) provocarão pouco impacto, onde na realidade se dará pela existência do edifício mas que pela sua inserção no local, não ferirá a estética da paisagem uma vez que as cotas de autoestrada, quer na ponte quer no talude, se encontram elevadas em relação à cota de implantação do edifício, sendo parcialmente visível apenas na face voltada à estrada nacional que será diluída por uma cortina arbórea.

Após a análise da planta de condicionantes do Plano Diretor Municipal, da planta de ordenamento e do levantamento topográfico, constata-se que no local não é visível qualquer linha de água no terreno, pressupondo-se que não existam condicionantes relativamente aos recursos hídricos.

B. Indicação da natureza e condições do terreno

O terreno onde pretende implantar a construção possui excelentes condições para a sua implantação, tratando-se de um terreno com pendente e com um subsolo que se apresenta sólido, apresentando-se algum declive descendente no sentido poente/nascente.

C. Inserção urbana e paisagística da edificação

Em termos de inserção paisagística, a edificação proposta será enquadrada na paisagem de modo a integrá-la positivamente.

Dimensão do terreno – 41.761,00 m²

Área de Implantação proposta – 4.086,00 m²

Área de Construção proposta – 5.918,00 m² (4.086,00 m² R/C + 916,00 m² cave + 916,00 m² 1.º andar)

Volumetria proposta – 34.731,00 m³ (4.086,00 m² x 8,50 m)

Cércea máxima proposta – 8,50 m

Índice de Implantação P = 9,78% (4.086,00 m² / 41.761,00 m²)

Índice de Construção Ic = 14% (5.918,00 m² / 41.761,00 m²)

Índice Volumétrico IV = 0,83 m³/m² (34.731,00 m³ / 41.761,00 m²)

Número de pisos abaixo da cota de soleira - 1

Número de pisos acima da cota de soleira – 2 (em parte)

Tipologia – Indústria

D. – Adequação às infraestruturas existentes

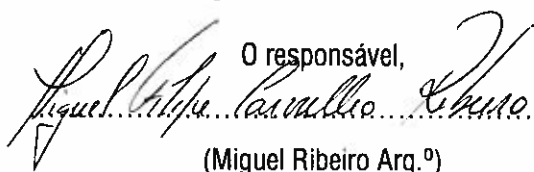
O local encontra-se dotado das seguintes infraestruturas:

Rede viária, rede de energia elétrica, rede de telefone, rede de abastecimento de água, rede de saneamento, rede de gás.

O edifício será dotado das infraestruturas necessárias à implementação da pretensão, que serão executadas conforme o previsto para a construção, devidamente executados em conformidade com a legislação e regulamentos em vigor.

Omissões Além do que vai descrito na presente memória descritiva e justificativa, será realizado tudo o que não esteja descrito por simples esquecimento ou omissão e se torne necessário para o bom e completo acabamento da obra, dentro das boas normas de construção e regulamentos em vigor.

Braga, 2 de Junho de 2017

O responsável,

(Miguel Ribeiro Arq.º)



Itec 4.0 | iberiana technical

Assembling your success

Plano estratégico 2017 – 2020

Investimento

 itec  iberiana technical 

PT2020 – Programa Interface (BOSCH CM)

- I&D, novas Instalações e inovação produtiva:

TOTAL: 3 a 4 M€

Infra estrutura

Principais requisitos

- Área de implantação: 4.500 m²
- Área de construção: 5.000 m²
- Possibilidade de expansão;
- Boas acessibilidades;
- Proximidade à BOSCH CM;

Objectivos

- Triplicar área de produção;
- Duplicar área de engenharia;
- Duplicar área de logística;
- Criar laboratório de ensaios e metrologia;
- Criar unidade de desenvolvimento de aplicações robotizadas;
- Criar departamento de desenvolvimento de soluções de visão artificial;
- Criar unidade de manufatura aditiva / subtrativa;
- Criar unidade de negócio na Ásia;
- Aumentar volume de vendas 40%;
- Aumentar 50% taxa de exportação;
- Criar 10 postos de trabalho qualificados (nível 5/6/7);

ANEXO II
PLANTA DO LOCAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DIGITAL

Eu, Miguel Filipe Carvalho Ribeiro, nif 224573861, morador na Rua da Escola Nova nº 9, Gondizalves, Braga, inscrito na Ordem dos Arquitectos sob o nº 13794 N, na qualidade de autor de projecto de arquitectura, relativo ao **pedido de reconhecimento de interesse público municipal para empreendimento estratégico**, a localizar na Rua da Veiga, freguesia de Lomar (U. F. de Lomar e Arcos), concelho de Braga, requerido por **Iberiana Technical Unipessoal, Lda.**, com sede na Rua da Quintã, Lote 13, freguesia de Frossos, 4700-023 Braga, declara que o projecto entregue em formato digital reproduz na integra o projecto entregue em suporte de papel.

Braga, 02 de Junho de 2017

O arquitecto, Miguel Filipe Carvalho Ribeiro
C.C. N.º 110745337249 Válido até 01/02/2020

**TERMO DE RESPONSABILIDADE
DO AUTOR DO PROJECTO DE ARQUITECTURA**

Miguel Filipe Carvalho Ribeiro, arquitecto, morador na Rua da Escola Nova n.º 9 Gondizalves, Braga, contribuinte n.º 224573861, inscrito na Ordem dos Arquitectos com o n.º 13794 N, declara, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei 136/2014, de 9 de Setembro, que **o projecto de arquitectura**, de que é autor, relativo ao **pedido de reconhecimento de interesse público municipal para empreendimento estratégico**, a localizar na Rua da Veiga, freguesia de Lomar (U. F. de Lomar e Arcos), concelho de Braga, requerido por **Iberiana Technical Unipessoal, Lda.**, com sede na Rua da Quintã, Lote 13, freguesia de Frossos, 4700-023 Braga, observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como as normas técnicas gerais e específicas de construção, designadamente o RGEU, o RJUE, o Decreto-Lei n.º 220/2008, a Portaria n.º 1532/2008, o Plano Diretor Municipal e demais legislação em vigor.

Mais declara, para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 31/2009, datada de 3 de Julho, com a redacção que foi conferida pela Lei n.º 40/2015 de 1 de Junho, que assume o cumprimento das obrigações previstas no artigo 12.º da referida lei, nos termos do RJUE, com as devidas adaptações.

Braga, 02 de Junho de 2017

O arquitecto, Miguel Filipe Carvalho Ribeiro
C.C. N.º 11074533 7279 válido até 01/02/2020

SECÇÃO REGIONAL DO NORTE

Rua Álvares Cabral, 144
4050-040 Porto, Portugal
T: +351 222 074 250

global@oasrn.org
www.oasrn.org
F: +351 222 074 259



**ORDEM DOS
ARQUITECTOS**

DECLARAÇÃO

| NÚMERO | EMIÇÃO | VALIDADE |
|-----------|------------|-------------------------|
| 2630/2017 | 18-04-2017 | 18-04-2017 a 18-10-2017 |

Validação de Documento

Nº Membro OA: 13794

Código de Validação: NDC264643D2482

Para verificar a autenticidade deste documento aceda a www.ordemdosarquitectos.pt, opção 'Validação de Documentos' e introduza o número de membro e o código de validação acima indicados.

A Ordem dos Arquitectos, associação pública profissional, ao abrigo do Estatuto da Ordem dos Arquitectos aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de Julho, com a redacção da Lei n.º 113/2015, de 28 de Agosto**, certifica que:

Miguel Filipe Carvalho Ribeiro

com o número de identificação civil **11074533**, se encontra inscrito nesta ordem profissional com o número de membro **13794** desde **01/03/2006**.

Cláudia Costa Santos, arquitecta
Presidente do Conselho Directivo Regional do Norte

ENQUADRAMENTO LEGAL PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO:

- Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho e artigo 44.º, n.º 2 e n.º 3, da Lei n.º 113/2015, de 28 de Agosto, primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Arquitectos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de Julho, (i) **elaborar e apreciar estudos, projectos e planos de arquitectura, e (j) intervir em estudos, projectos, planos e actividades de consultadoria, gestão, fiscalização e direcção de obras, planificação, coordenação e avaliação, reportadas à edificação, urbanismo, concepção e desenho do quadro espacial da vida da população, visando a integração harmoniosa das actividades humanas no território, a valorização do património construído e do ambiente;**
- Anexo I da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho **exercer a função de coordenador de projecto em obras até ao valor correspondente à classe 4 de alvará;**
- Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho **exercer a função de director de obra em obras até ao valor correspondente à classe 2 de alvará, com as excepções previstas no dito anexo;**
- Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei 40/2015, de 1 de Junho **exercer a função de director de fiscalização de obra, em obras até ao valor correspondente à classe 2 de alvará, com as excepções previstas no dito anexo;**
- Anexo IV da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei 40/2015, de 1 de Junho **exercer a função como técnico responsável pela condução da execução de trabalhos de especialidades em obras de classe 6 de alvará, nas seguintes subcategorias da categoria Edifícios e património construído: Alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias, Estuques, pinturas e outros revestimentos, Carpintarias, Trabalhos em perfis não estruturais, Instalações sem qualificação específica, Restauro de bens imóveis histórico-artísticos, Armaduras para betão armado, Cofragens, impermeabilizações e isolamentos;**
- Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de Agosto, por interpretação conjugada com o disposto na Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho **elaborar estudos de comportamento térmico;**
- Artigos 16.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro **preencher as fichas de segurança e elaborar projectos de segurança contra incêndios em edifícios da 1.ª e 2.ª categoria de risco;**
- Artigo 18.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, por interpretação conjugada com o disposto na Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho **elaborar planos de segurança e saúde;**
- Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro e Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março **plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;**



Data

26-04-2017

Contribuinte n.º

224573861

Apólice n.º

008410111051

Linha Exclusiva

21 794 30 25 | 22 608 17 25

dias úteis,

das 8h30 às 19h00

arquitectos@ageas.pt

www.ageas.pt/arquitectos

Seguro de Responsabilidade Civil Profissional

Ordem dos Arquitectos - SRN

Estimado/a Sr/a.,

A Ordem dos Arquitectos Secção Regional Norte, contratualizou com a AXA Portugal agora Ageas Portugal, em 01 de janeiro de 2012, o seguro de Responsabilidade Civil Profissional para todos os membros da Ordem.

Neste enquadramento e como membro da Ordem, confirmamos a sua adesão ao referido seguro cujo n.º de apólice é **0084 10 111051**.

Informamos ainda, que o capital seguro é de €25.000,00 por membro, sinistro e anuidade.

Junto enviamos a declaração comprovativa da respetiva adesão, bem como as Condições Particulares e Especiais.

Como a sua satisfação é a nossa prioridade, este acordo tem como objetivo principal proporcionar-lhe ainda mais benefícios, ao reforçar a relação de parceria entre as duas entidades.

Caso necessite de alguma informação adicional, não hesite em contactar-nos.

Continuaremos a fazer por merecer diariamente a sua confiança.

Conte connosco,

Elias Leal
Diretor Geral



Data

26-04-2017

Contribuinte n.º

224573861

Apólice n.º

008410111051

Linha Exclusiva

21 794 30 25 | 22 608 17 25

dias úteis

das 8h30 às 19h00

arquitectos@ageas.pt

www.ageas.pt/arquitetos

Declaração de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional

Membros da Ordem dos Arquitectos - SRN

A Ageas Portugal, Companhia de Seguros, S.A. declara, para os devidos efeitos, que foi realizado o contrato de seguro para os membros da Ordem dos Arquitectos - SRN, com as seguintes características:

- Ramo: Responsabilidade Civil Profissional
- Tomador de Seguro: Ordem dos Arquitectos – Secção Regional Norte
- N.º Apólice: 0084 10 111051
- Início: 01 de janeiro 2012
- Termo: 31 de dezembro 2017
- Pessoa Segura: Miguel Filipe Carvalho Ribeiro
- N.º de Cédula Profissional: 13 794
- Âmbito da Cobertura: conforme Condições Particulares e Especiais anexas.

Informa-se que o seguro identificado regula-se pela Lei do Contrato de Seguro e, segundo o artigo 59.º, a garantia de cobertura de riscos é válida após o recebimento do valor total a pagar pela mesma.

Prevalecerão sempre os termos e condições da apólice 008410111051.

Lisboa, 26 de abril de 2017

Pela Ageas Portugal,

Elias Leal

Diretor Geral